

05/06/96
9/4/96
72 9

Governo do Pará duvida que empreiteiro seja o proprietário de latifúndio no estado

Cecílio do Rego Almeida admite que usará força para enfrentar índios e invasores

Gustavo Miranda/ 2-12-93

Elza Oliveira e Rodrigo França Taves

• CURITIBA e BRASÍLIA. O Governo do Pará duvida da legalidade da documentação das terras que foram compradas pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, dono da empreiteira C.R. Almeida, uma das maiores do Brasil, para instalar um grande projeto no Sul do estado. O empresário define o empreendimento como ecológico, informando que a primeira atividade econômica será a pesquisa de espécies farmacológicas. Ao mesmo tempo, adverte que não tolerará invasores em suas terras e promete usar jagunços armados para expulsá-los.

Aproveitando a Lei de Patentes, recentemente aprovada pelo Senado, a C.R. Almeida trará técnicos da Universidade de Xangai, na China, para estudar a biodiversidade da região.

O Governo do Pará ainda não recebeu qualquer especificação sobre o projeto. Há cerca de 15 dias, Cecílio do Rego Almeida — que foi indiciado pela Polícia Federal por envolvimento com o esquema PC Farias e apontado como um dos maiores beneficiários da máfia do Orçamento — esteve com o governador Almir Gabriel, fazendo uma exposição verbal de seus planos.

— Na ocasião pedimos para verificar a documentação dos 4,7 milhões de hectares que ele disse já ter comprado, mas até agora não recebemos nada. Particularmente, desconfio da autenticidade dessa titulação e considero preocupante a existência de uma propriedade desse tamanho nas mãos de uma pessoa — disse o presidente do Instituto de Terras do Pará, Ronaldo Barata.

No fim de março, em Curitiba, o empresário informou que já tinha comprado, com recursos pró-



CECÍLIO REGO de Almeida: dúvidas sobre a documentação de uma área do tamanho do estado de Santa Catarina

prios, 50 mil quilômetros quadrados (cinco milhões de hectares) e pretendia adquirir outros 40 mil quilômetros para completar a área prevista do projeto. A propriedade equivaleria ao tamanho de Santa Catarina. A área fica ao sul de Altamira, às margens do Rio Iriri, se projetando em direção à rodovia Cuiabá-Santarém.

Almeida — que dará o nome de sua mãe, Cecília, ao empreendimento — disse que a preservação da floresta é ponto fundamental, até porque pretende desenvolver atividades de ecoturismo. O projeto, reconheceu o presidente do Instituto de Terras, é atraente.

— A posição do Governo é de dialogar e verificar os reflexos da

iniciativa na economia regional. Mas estaremos atentos na defesa das posições fundiárias do estado — disse Barata.

A preocupação domina também os comentários da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missonário sobre o projeto. Segundo o bispo de Altamira, dom Erwin Krautler, a proposta ainda é uma incógnita.

— Nos faltam informações e sobram receios — disse ele.

Na área existem grupos indígenas como os caiapós, e moradores das margens dos rios. Ao ser indagado, em Curitiba, sobre conflitos de terra na região do projeto, com ocupações e posseiros, o empresário foi claro:

— Isso eu resolvo com meus homens armados — disse.

A Funai tem 60 dias, a partir de hoje, para responder aos mais de 500 processos de revisão de terras indígenas abertos por fazendeiros e posseiros até ontem, prazo final para a contestação das demarcações. No total, estão sendo contestadas cerca de 60 reservas — quase 20% das 323 áreas que ainda não estavam registradas em cartório e cujas demarcações podem ser revistas. Os índios xucurus de Pesqueira (PE) são até agora os mais atingidos pelo decreto 1.775 do Governo: deram entrada 271 pedidos de revisão de sua reserva de 25 mil hectares, demarcada em 91. ■